

O quadro de relações entre a Comunidade e a América Latina

Victor Martins

Portugal possui desde há longa data laços históricos e culturais com a região da América Latina, tendo no contexto comunitário sempre pugnado por uma maior intensificação das relações com aqueles países. Esta preocupação, esteve igualmente, presente ao longo do primeiro semestre de 1992, durante a presidência portuguesa do Conselho da CE, no decurso do qual se procurou impulsionar a iniciativa europeia em direcção à América Latina, área do mundo que detém igualmente legítimas expectativas quanto ao reforço da cooperação com a Comunidade.

A Comunidade Europeia tem, ao longo da sua história, rasgado horizontes, estabelecendo novos diálogos que permitam uma cooperação acrescida e justa com várias regiões do mundo.

Foi em 1958 que a Comunidade iniciou, ainda que de forma modesta, a sua política de cooperação para o desenvolvimento com a criação do primeiro Fundo Europeu de Desenvolvimento. Desde essa data e até ao momento actual, a vertente comunitária da cooperação para o desenvolvimento tem sido objecto de profundas alterações: os compromissos financeiros anuais passaram de uma centena de milhões de ECUS para mais de três biliões e meio de ECUs, os instrumentos de intervenção tomaram-se cada vez mais complexos e completos (pense-se nas convenções de Lomé, nos protocolos mediterrânicos, na cooperação com os países em vias de desenvolvimento da América Latina, nas diversas linhas orçamentais), outros mecanismos de cooperação - como a política comercial, a cooperação científica ou tecnológica - passaram a ter uma utilização mais sistemática.

Com uma importante experiência acumulada, na área das relações externas, de mais de trinta anos, é imperativo que a Comunidade continue a responder às reais expectativas dos países em vias de desenvolvimento.

Não exagere se considerar que actualmente existe a convicção de que há um «défice» no relacionamento entre a América Latina e a Europa: não apenas um défice na perspectiva mercantil, mas também no conhecimento mútuo, na cooperação, na solidariedade. Ficamos no entanto convictos de que há uma vontade cada vez mais forte de superar esse défice, em particular por parte dos responsáveis europeus e latino-americanos, o que passará, indubitavelmente, pelo repensar das relações entre as duas regiões, não apenas na superficialidade dos instrumentos já conhecidos, ou no quadro da apertada malha burocrática da cooperação tradicional, mas sobretudo à luz de uma nova Europa que emerge e de uma nova ordem mundial que desponta.

São vários os factores que, quer no plano interno quer no plano externo, exigem que os instrumentos da política de relações externas e de cooperação sejam ajustados e redimensionados: os progressos da integração comunitária em direcção ao Mercado Único, à União Económica e Monetária e à União Política, justificam e exigem uma actuação mais

reforçada na vertente da política externa e de cooperação, conferindo uma maior responsabilidade da Comunidade na cena mundial; as transformações políticas ocorridas na Europa de leste e a conseqüente aproximação da Comunidade face à região têm diluído o impacto dos apoios tradicionais de que têm beneficiado os países em vias de desenvolvimento. Por outro lado, o surgimento de novas interdependências entre países industrializados e países em desenvolvimento nos mais diversos domínios implica que o não desenvolvimento do sul imponha custos para o mundo desenvolvido.

Esta constatação leva-nos a pensar no interesse facetado da política de cooperação ao desenvolvimento, e nos benefícios a médio e longo prazo que advirão para a Comunidade com uma evolução dinâmica de tal processo.

Não basta extrapolar a experiência do passado para o futuro. Há que dar passos de firme determinação política, de esclarecida criatividade no plano dos instrumentos de cooperação, de visão projectada em horizonte largo. O Atlântico, que nos une, incita-nos a pensar mais além, saindo da visão estrita da mera oportunidade do negócio ou do fugaz artifício político.

No tocante, em particular, aos países da América Latina, com os quais a Europa ocidental mantém profundos laços históricos que remontam a aproximadamente cinco séculos, a política de relações externas e de cooperação tem vindo a diversificar os seus instrumentos e a alargar o seu campo de aplicação. Para este factor contribuiu, significativamente, a adesão de Portugal e Espanha às Comunidades, que reforçou a vontade de intensificar as relações com a América Latina, vontade essa que ficou patente na Declaração Comum de Intenções anexa ao Tratado de Adesão e na decisão do Conselho Europeu de Haia, de 27 de Junho de 1986.

No Conselho Europeu de Lisboa de 26 e 27 de Junho de 1992, foi novamente sublinhada a importância de um aprofundamento das relações entre a Comunidade e a América Latina como meio de apoiar a recuperação económica e a consolidação da democracia na região.

A intensificação da cooperação comunitária junto dos países latino-americanos nas suas diversas vertentes tem indiscutivelmente concorrido para o profundo processo de transformação política, social e económica da região.

Nesta abordagem, têm tido uma particular importância os diálogos políticos e económicos institucionalizados com os países da América central, conhecidos por diálogos de S. José, e os diálogos com o Grupo do Rio, ambos reconhecidos como indispensáveis na estabilidade e no desenvolvimento económico e social das respectivas regiões e, bem assim, na garantia do respeito pelos direitos humanos. Considera-se, pois, fundamental que estes diálogos sejam mantidos e aprofundados tendo sempre presente a correlação indispensável entre democracia, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Outro pilar fundamental na dinâmica das relações externas e da cooperação ao desenvolvimento com a América Latina é, sem dúvida, o crescente apoio à integração económica regional. Trata-se de um apoio baseado na convicção de que a «integração regional» pode e deve desempenhar um papel significativo na criação da estabilidade regional,

no suporte dos processos de democratização e no reforço das perspectivas de crescimento económico.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) merece uma referência especial enquanto iniciativa de integração sub-regional que deverá ser objecto de uma atenção especial por parte da Comunidade. Desde a assinatura do Tratado de Assunção, a 26 de Março de 1991, as trocas intra-Mercosul, até à data pouco significativas mais do que duplicaram. Simultaneamente intensificaram as relações comerciais, culturais e, não me parece exagero referir, políticas entre os quatro Estados que compõem o Mercosul. Consciente do interesse para todas as partes de lançar as bases de uma futura institucionalização das relações com esta região, a presidência portuguesa promoveu a realização de um encontro CEE/Mercosul, a nível ministerial. Este encontro proporcionou uma aprofundada troca de informações, tendo revelado existir um claro interesse mútuo na intensificação das relações entre a Comunidade Europeia e o Mercosul.

Uma vez lançadas as directrizes para um relacionamento aprofundado com aquela região, é com expectativa, que aguardamos uma intensificação e formalização das relações com o novo mercado comum latino-americano. Um primeiro passo nesse sentido foi já dado com a assinatura de um acordo interinstitucional entre a Comissão e o Mercosul com o principal objectivo de apoiar os países que o constituem, na harmonização das suas relações comerciais e aduaneiras.

A cooperação económica tem vindo, igualmente, a ser desenvolvida e melhorada com os chamados «acordos de terceira geração», já celebrados com o Chile, com a Argentina, Uruguai, Paraguai, México, Brasil e Pacto Andino. Acordos esses que têm alargado a cooperação a novos domínios, que não poderiam ser excluídos ou ignorados em razão da sua importância para ambas as partes, importância essa bem visível em domínios como a cooperação industrial, científica e tecnológica, formação, ambiente, promoção comercial e cooperação energética.

Esta nova geração de acordos tem, igualmente, consolidado o binómio cooperação/respeito pelos direitos do Homem e pela democracia, como um elemento fundamental da política comunitária.

Será importante também referir o *European Community Investment Partners*, vocacionado para a promoção de *joint-ventures*, que constitui outro importante instrumento de apoio da Comunidade, tendo contribuído para uma maior intensificação das relações CEE/América Latina ao nível das empresas.

No quadro de uma cooperação global devo, ainda, sublinhar a importância do sistema de preferências generalizado (SPG), enquanto instrumento tradicional de apoio ao desenvolvimento, o qual abrange presentemente uma vasta gama de produtos agrícolas, manufacturados e mesmo produtos de grande sensibilidade como os têxteis, calçado e produtos siderúrgicos. No contexto de um ajustamento e renovação do sistema de preferências

generalizado há que assegurar que não se verificará uma erosão das preferências actualmente concedidas à América Latina.

Finalmente, gostaria de sublinhar a importância que assume a decisão de extensão do campo de aplicação do Banco Europeu de Investimentos (BEI), a qual vem abrir a possibilidade de financiamentos a projectos latino-americanos. Esta extensão do BEI à América Latina vem corresponder a uma aspiração de longa data daqueles países, colmatando uma importante lacuna da política comunitária face à região.

Para além do aprofundamento e desenvolvimento dos instrumentos de intervenção comunitária na América Latina, parece-me, igualmente, fundamental que complementarmente se intensifique um diálogo no contexto multilateral e, nomeadamente, no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). De facto, os países da América Latina constituem parceiros importantes no complexo equilíbrio multilateral em diversas áreas, pelo que uma maior concertação no contexto do GA TT será certamente vantajosa. Um maior diálogo no âmbito do Acordo Geral é igualmente importante com vista a potenciar uma maior inserção das economias americanas no sistema multilateral, promovendo uma maior liberalização e abertura das suas economias.

No contexto mundial, a América Latina está a ressurgir da chamada «década perdida» de 80, caracterizada por uma crise de endividamento, fuga de capitais, hiperinflação e declínio económico.

O crescimento e desenvolvimento económico da América Latina é fundamental para assegurar a estabilidade político-económica da região, exigindo perseverança no prosseguimento das reformas iniciadas, bem como um apoio internacional constante.

Neste processo, parece-me que a Comunidade deverá assumir um papel pioneiro, tendo presente os esforços que outros parceiros têm desenvolvido na região como é o caso dos Estados Unidos da América.

Ainda que o maior esforço caiba indiscutivelmente aos países latino-americanos e aos seus governos, nesse desafio reveste-se de grande importância o apoio concertado por parte da Comunidade, consolidado através de uma estratégia global e coerente para a América Latina.

Vai-se atenuando o défice no relacionamento entre a América Latina e a Europa, défice esse tanto mais expressivo e inaceitável quanto é a própria história que nos aproxima e nos exige a todos novos e mais profundos laços.